

Desembargadora Eleitoral
Maria Helena Pinto Machado
Diretora da Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro

A partir desta edição, a Revista Justiça Eleitoral em Debate (RJED) adota a plataforma Open Journal Systems (OJS) como sistema de gestão editorial. Com isso, todas as etapas, desde a submissão de artigos até a avaliação em duplo-cego por pareceristas e o acompanhamento editorial, passam a ser realizadas de forma integrada, transparente e padronizada, conforme as boas práticas da publicação científica contemporânea. No novo site oficial da RJED (https://revista.tre-rj.jus.br/rjed), leitores e pesquisadores também poderão acessar os números anteriores da revista.

Amplamente utilizado por instituições acadêmicas em todo o mundo, o Sistema OJS ganhou ainda mais relevância após as mudanças promovidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que passou a avaliar diretamente os artigos científicos, sem a intermediação da classificação Qualis, atribuída às revistas científicas.

Um verdadeiro marco para a RJED, o Digital Object Identifier (DOI) é utilizado na indexação dos oito artigos científicos desta edição, o que vai facilitar o registro deles e a localização das publicações em bases de dados e mecanismos de busca acadêmicos.

O Dossiê temático "Cidadania Virtual: o Debate Público em Tempos de Plataformização" tem destaque ao reunir cinco artigos que analisam, sob diferentes perspectivas, as transformações no espaço público digital e seus efeitos sobre a democracia contemporânea.

O primeiro artigo, “O Fórum Público Virtual É Efetivamente Público”, discute de forma crítica como as plataformas digitais passaram a mediar o debate público. Em vez da pretensa neutralidade técnica, essas plataformas operam por meio da curadoria algorítmica, o que afeta diretamente a visibilidade de conteúdos nos feeds dos usuários e na esfera pública digital.

Em “Cidadania Virtual, Democracia e o Protagonismo da Justiça Eleitoral no Combate à Desinformação”, os autores analisam os desafios impostos pela desinformação e pelo poder das Big Techs sobre o processo eleitoral, ressaltando o papel central da Justiça Eleitoral nesse enfrentamento. O terceiro artigo do Dossiê, “O uso da Inteligência Artificial na Propaganda Eleitoral Brasileira: Balizadores Éticos e Morais e seus Limites Legais”, apresenta uma análise normativa dos usos possíveis e dos riscos da Inteligência Artificial no contexto da propaganda eleitoral.

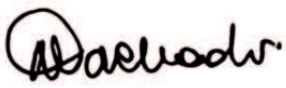
A publicidade na competição eleitoral também é abordada nos dois artigos seguintes. O estudo de caso “Isaac Asimov e a Tentativa de Governar as Máquinas: Notas sobre o Uso da Inteligência Artificial na Propaganda Eleitoral Durante as Eleições de 2024” examina a regulamentação emergente da IA, inspirando-se no encontro entre a ficção científica e a realidade. Já “Os Meios de Propaganda Eleitoral na Internet e a Necessidade de Intervenção da Justiça Eleitoral”, defende a intervenção estatal para a proteção da integridade do pleito eleitoral.

Além dos artigos do Dossiê, esta edição da RJED traz também dois artigos recebidos em fluxo contínuo, que abordam temas de interesse ao campo do Direito Eleitoral, do processo eleitoral e da cidadania.

“Sem Pessoas, Sem Eleições: Discutindo as Motivações dos Mesários”, analisa o papel fundamental do engajamento voluntário dos mesários para a governança eleitoral e a legitimidade das eleições. O sétimo artigo, “Garantias e limites ao Foro por Prerrogativa de Função no Direito Processual Penal Eleitoral”, examina os contornos normativos e constitucionais dessa prerrogativa, com foco nos crimes eleitorais que envolvem autoridades públicas.

Com a implantação definitiva do sistema OJS e a atribuição de DOI aos artigos, esta edição representa um avanço significativo na consolidação da RJED como periódico científico de referência. É também uma contribuição qualificada à circulação de conhecimento, ao debate público e à valorização do papel institucional da Justiça Eleitoral na defesa da democracia.

Uma boa leitura a todas e todos.



Maria Helena Pinto Machado
Diretora da Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro
Desembargadora Eleitoral do TRE-RJ

As opiniões emitidas pelos autores nos artigos publicados nesta revista são pessoais e de única e exclusiva responsabilidade dos mesmos.